

A produção reticular no arranjo produtivo local de confecções de Pernambuco

A presente pesquisa possui como objetivo geral discutir a produção fragmentada no Arranjo Produtivo Local de confecções de Pernambuco, como uma forma de precarização do processo de trabalho na economia neoliberal. Um Arranjo Produtivo Local é caracterizado por uma aglomeração produtiva local, uma concentração de organizações envolvidas em uma mesma atividade e em um território comum. Os Arranjos Produtivos Locais são incentivados pelas políticas públicas por estimularem a renda, o emprego e o desenvolvimento local. Contudo, esses aglomerados produtivos podem esconder formas diversas de precarizar a mão de obra da região. Nesse panorama, é possível afirmar que o estudo tem caráter qualitativo e descritivo e se apoia na análise de conteúdo da fala do gestor de uma empresa que cuida do setor de relacionamento com as facções. Por conseguinte, os achados de pesquisa apontam para cinco categoria analíticas temáticas, sendo essas: (1) A rede é um arranjo móvel e multiespecializada; (2) Para a rede ser grande a rede tem que ser pequena; (3) A rede é organizada por contratos morais; (4) A precarização do trabalho e pobreza são estruturais na rede e (5) Na rede o trabalho é doméstico, portanto, pertence à família. Tem-se que, as Considerações finais mostram que o processo organizativo em rede nesse território estrutura e oculta uma severa exploração do trabalho fora do emprego.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local; Redes Sociais; Facções; Trabalho.

Network production in the local production arrangement of confections in Pernambuco

The present research has as general objective to discuss the fragmented production in the Local Productive Arrangement of clothing in Pernambuco, as a form of precariousness of the work process in the neoliberal economy. A Local Productive Arrangement is characterized by a local productive agglomeration, a concentration of organizations involved in the same activity and in a common territory. Local Productive Arrangements are encouraged by public policies as they stimulate income, employment and local development. However, it is possible to affirm that the study has a qualitative and descriptive character and is based on the content analysis of the speech of the manager of a company that takes care of the relationship sector with the factions. Therefore, the research findings point to five thematic analytical categories, namely: (1) The network is a mobile and multi-specialized arrangement; (2) For the network to be large, the network has to be small; (3) The network is organized by moral contracts; (4) The precariousness of work and poverty are structural in the network and (5) In the network, work is domestic, therefore, it belongs to the family. The final considerations show that the network organizational process in this territory structures and hides a severe exploitation of work outside of employment.

Keywords: Local Productive Arrangement; Social networks; Factions; Job.

Topic: Área Temática

Received: 10/07/2022

Approved: 25/09/2022

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Hannah Miranda Morais 

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3684640256536006>
<https://orcid.org/0000-0002-6508-8475>
hannah.morais@ufpe.br

Fernando Gomes de Paiva Júnior 

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2322370316579303>
<https://orcid.org/0000-0001-5715-3882>
fernando.paivajr@ufpe.br

Bianca Gabriely Ferreira Silva 

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0419687984635851>
<https://orcid.org/0000-0002-7881-398X>
biianca_ferreira@hotmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2022.003.0007

Referencing this:

MORAIS, H. M.; PAIVA JÚNIOR, F. G.; SILVA, B. G. F.. A produção reticular no arranjo produtivo local de confecções de Pernambuco. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v.13, n.3, p.84-98, 2022. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2022.001.0007>

INTRODUÇÃO

Existem modificações significativas no cenário internacional no que concerne às relações de trabalho com o processo de globalização e a expansão da ideologia neoliberal, tais como: a descentralização das empresas e sua organização em rede (CASTELLS, 1999); a imaterialidade do trabalho (LAZZARATO et al., 2001); a centralidade da produção da organização (BOHM et al., 2012); e a desterritorializado do trabalho (HARDT et al., 2000). Essas modificações reinventam os processos de produção, o que por vezes, estimula a retração de mecanismos vigentes da seguridade social, desregula a legislação trabalhista e define a dinâmica de reestruturação dos mercados (SILVA, 2006).

Essa nova organização promovida pelo neoliberalismo surge do enfraquecimento do modelo fordismo e a ascensão do modelo fundado na acumulação flexível e na produção em rede (LARANJEIRA, 2002). No pós-fordismo há uma ressignificação do trabalho concreto como o centro da geração de valor pois, a produção tem estado menos centrada no esgotamento de recursos materiais duráveis e mais voltada para a mobilização de recursos imateriais inesgotáveis (HARDT et al., 2000).

Esses recursos se fundamentam na criatividade, habilidade e talento dispersos na sociedade, pois, “a produção é hoje diretamente uma produção de relação social, a matéria-prima do trabalho imaterial é a subjetividade e o ambiente ideológico no qual está subjetividade vive e se reproduz” (LAZZARATO et al., 2001). Na nova economia imaterial, a gestão empresarial busca tornar o processo de trabalho eficaz e eficiente, a fim de extrair valor da força de trabalho. Logo, as transformações no processo de trabalho e na força de trabalho são motores para acumulação de capital (BOHM et al., 2012). Esse cenário traz a necessidade de aperfeiçoamento constante para que a organizações se mantenham no mercado, o que, por meio da tecnologia, viabiliza a emergência de novos modos de produção. Modos esse que desencadeia o aumento das disparidades socioeconômicas (LARANJEIRA, 2002).

A acumulação flexível se alimenta de contradições, ou seja, para que possa gerar mais valor e consumo para o capital, é preciso que seja mantida uma estrutura de produção cada vez mais precarizada. Essas estruturas marcadas pela flexibilidade e organização em rede acabam por articular organicamente modalidades de trabalho terceirizado, qual encobre formas sutis de trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho informal e trabalho domiciliar (SILVA, 2008).

Na nova economia, o emprego não é mais a única opção de trabalho capitalista, uma vez que agora se passa a considerar mudanças fora do local de trabalho e o trabalho com base em contratos informais. Nesse sentido, a produção de relações sociais e subjetividade não pode ser confinada ao emprego, pois, a análise do trabalho precisa ser estendida. Assim, a análise se desloca da empresa individual para o ambiente que a envolve, especialmente para se entender as redes de relacionamento existentes entre os atores. Nessa perspectiva, os gestores se organizam em sistemas produtivos em rede organizacional, que atua com os demais atores econômicos, como: clientes, fornecedores, universidades e governos, a fim de que sejam criados laços de interação e cooperação (ANDRADE, 2019).

A organização em rede é baseada nas relações de interdependência entre ação humana e as

instituições, as quais se cristalizam em interações sociais. Os sistemas produtivos em rede emergem como estratégia de fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos para impulsionar as atividades tradicionais existentes na estrutura produtiva desses territórios. De acordo com o SEBRAE (2012), os Arranjos Produtivos Locais (APL) são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação entre si. O Arranjo Produtivo Local de confecção de Pernambuco, lócus desse estudo, tem sido notado desde um quarto de século por seus números de produção e faturamento. Assim a presente pesquisa questiona como uma produção de milhões de peças é produzida em um território sem a presença de organizações de grande porte e como a produção em escala industrial é viabilizada?

Nesse sentido o foco do estudo foi a análise da precarização no trabalho que demarca a produção do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano. Dessa forma, o problema de pesquisa consistiu-se em investigar de que modo as relações sociais afetam as condições de produção. No caso estudado, o discurso do empreendedorismo se coloca como uma dimensão cultural-cognitiva que criou condições para produção no APL de Confecções do Agreste Pernambucano. À vista disso temos como contribuição do estudo considerações para o arcabouço teórico existente sobre condições de produção em Arranjos Produtivos Locais. Considerando não apenas as relações objetivas de produção, mas como a subjetividade também cria essas condições para a produção da organização. Portanto, contrapondo-se a literatura tradicional sobre os APLs, que é demarcada por análises predominantemente econômicas. Diante disso, formulamos a seguinte pergunta de pesquisa: como os agentes da cadeia de produção do APL de confecções de Pernambuco se organizam para criarem as condições de produção?

DISCUSSÃO TEÓRICA

Emprego e trabalho na nova economia

O trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano (BRAVERMAN, 1974). Quando Marx (1867), se dedicou a entender a produção, dentro do contexto do capital monopolista, o processo de trabalho era um local privilegiado para a análise do capitalismo, porque só o trabalho, analisado dentro da relação de emprego, era capaz de produzir a mais-valia.

Uma contribuição de Marx foi reconhecer que o processo de trabalho que produz mais-valia para o capital estava escondido na fábrica, dentro do contrato formal de emprego (BRAVERMAN, 1974). Pois, a produção capitalista exige um intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica de outro sistema é a compra e venda da força de trabalho (1867). Uma vez que a mais-valia seria fruto não da quantidade contratada de trabalho, mas da força para trabalhar MARX por um período contratado. O capitalista acha nesse caráter infinitamente plástico do trabalho o recurso essencial para a expansão do seu capital (BRAVERMAN, 1974).

O sistema fabril ocultava a exploração do trabalho, dando a aparência de uma única massa de mão

de obra para a qual o funcionário recebera um salário. Nesse sentido, o propósito do trabalho é a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador ou capitalista. Pois, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Nessa dinâmica, os efeitos valiosos ou produtos do trabalho pertencem ao capitalista (MARX, 1867; BRAVERMAN, 1974).

A preferência de Braverman por analisar apenas características objetivas da relação capital-trabalho deixou uma lacuna cuja agência e a subjetividade deveriam estar (BOHM et al., 2012). A ideia da “exploração” acontecendo unicamente dentro do “emprego” começa a ser revisitada. A visão de Braverman é criticada por prestar mais atenção à administração e muito pouco ao capitalismo e ao trabalho (SORIA, 2018). Ao mesmo tempo que, para Souza (2013), o movimento pós-estruturalistas no Estudos Organizacionais destaca críticas ao estruturalismo, reforçando que a subjetividade é a fonte do capitalismo e sua reprodução. A teoria clássica sobre processo de trabalho assume que a relação de emprego é o único local de processo de trabalho capitalista, para os autores essa perspectiva é míope à medida que não considera as mudanças fundamentais do trabalho fora do local de trabalho e emprego com base em contratos informais (BOHM et al., 2012).

O processo de exploração do trabalho começa a ser visto como um conjunto muito mais amplo de atividades que produzem valor dentro dos circuitos contemporâneo do capitalismo. A análise alargada do trabalho e do valor da produção, na nova economia, vai ser trabalhar Hardt et al. (2000), pela perspectiva do trabalho imaterial. Para os autores o trabalho imaterial é definido por duas dimensões, sendo essas: a) criação de valores simbólicos associados com conhecimento, afeto ou trabalho emocional; b) atos comunicativos que (re)produzem as formas de organização social que facilitam a produção material. O trabalho imaterial é a forma como a produção de valor e de trabalho são materialmente ligadas à produção de subjetividade, comunicação e relações sociais.

Mudanças do capitalismo para a produção cultural e social, tornando-se a base da própria produção de valor econômico. Como a produção de relações sociais e subjetividade não pode ser confinada na relação de trabalho, a análise de “trabalho” precisa ser estendida (PREVITALI et al., 2014). O valor não é mais produzido por meio da produção de mercadorias materiais, mas através da reprodução do social, ou o que tem sido chamado de “produção de organização”. Comunicação e produção de organização tornaram-se hegemônicos no capitalismo contemporâneo, a exemplo das equipes de produção semiautônomos, do trabalho de cooperação social e da produção em rede.

Para Bohm et al. (2012), “a produção da organização cada vez mais é o negócio da organização da produção”. Antes de mercadorias pode ser produzido em uma relação de trabalho, circulou em troca de mercado e consumidores, relações sociais e assuntos devem ser produzidos, distribuídos e organizados de forma a facilitar a (re) produção do capitalismo. Assim para os autores o trabalho e organização estão sempre vinculados a uma rede mais ampla de relações sociais que não podem ser explicados apenas por se concentrar no que está acontecendo dentro de contratos e processos de emprego específico (BOHM et al., 2012). Como a produção de relações sociais e subjetividade não pode ser confinada dentro da relação de trabalho, necessitando de uma análise para longe do local de trabalho tradicional como o local privilegiado

de produção de valor (CUNHA, 2014).

A comunicação e a produção de organização tornaram-se hegemônicos no capitalismo contemporâneo, substituindo o trabalho material como principal fonte de valor (HARDT et al., 2000). A chave para a produção de valor não é tanto a mercadoria especificamente, mas o conhecimento que está sendo produzido, as interações que permitem um processo coletivo de inovação e aprendizagem por meio de uma identidade social coletiva.

As Redes Sociais e as Organizações em Rede

Na sociedade em rede é demanda um novo tipo de organização, pois, tem como valores a flexibilidade, a adaptabilidade, a conectividade e velocidade nos processos para (CASTELLS, 1999). Esse cenário, exige uma empresa com flexibilidade em relação aos fatores internos e externos dos seus processos, produtos e ao seu próprio gerenciamento, impulsionando invariavelmente sua interligação em redes. Entretanto, a suposta “sociedade em rede” não vai ser um fenômeno social inédito desse século. Nesse sentido, as redes sociais são fruto do processo de afiliação dos indivíduos, esse processo é estabelecido no cotidiano como parte do comportamento generalizado humano de sociabilidade (SOUTO, 2012). Logo, a estrutura de sociabilidade humana vai ocorrer com base em certos impulsos ou em funções de certos propósitos (SOUTO, 2012). Assim, podendo acontecer por elementos de identidade geografia social ou por identidade virtual desterritorializada, mais que em ambos os casos permitem que os sujeitos se potencializem. O que deve ser compreendido é que a noção de “rede” vai significar muito mais que um instrumento metodológico de análise dos processos interativos, mas um fenômeno complexo, cujos elementos se localizam na estrutura social.

A estrutura social, no contexto da rede, vai ser a ancora das práticas dos sujeitos, orientados por razões peculiares, mas em constante comunicação com o outro. Pois, o outro vai lhe fornecer os elementos essenciais para formação da sua identidade. Outro conceito importante de entender para compreender os estudos de rede é o conceito sobre o mundo da vida devolvido por Souto (2012). O mundo da vida é o plano do mundo onde os conteúdos e a tradição nutrem os membros de um grupo social, compreendendo os processos sócio interativos correspondentes no plano individual e na coletividade. Assim, preservando o repertório dos significados comuns e o da geração de interação subjetivas, as quais envolvem os processos de comunicação e de transmissão cultural, integração social e socialização. Com isso, contribuindo para preservação da tradição, solidariedade e identidade.

Nesse sentido, diversos são “os mundos da vida” estruturados no tecido social, tal diversidade resulta em processos de conflito como de solidariedade, que acontecem a partir dos arranjos de interesses políticos. Tais interesses podem se apresentar no nível do indivíduo, do meio ambiente físico, do meio ambiente pessoal e do meio ambiente supra pessoal (nível institucional). Desse modo, as redes podem se desenvolverem por bases instrumentais ou solidárias, as instrumentais são caracterizadas pela ação social racional e são planejadas estrategicamente, por sua vez, as redes solidárias acontecem geralmente nas relações privadas e são gerenciadas pela ação racional substantiva (SOUTO, 2012). Entretanto, o caráter

relacional desse tipo de interação social é um elemento comum as duas modalidades de rede social, assim, é nesse tipo de rede que o intercâmbio afetivo, econômico, religioso e cultural vai acontecer.

Decorrente da reestruturação do capitalismo informacional e do neoliberalismo a concepção de “rede” vem sendo amplamente utilizada para analisar os arranjos organizacionais e intraorganizacionais. As redes organizacionais desafiam o sentido da hierarquia e das fronteiras que delimitavam a burocracia, pois, viabilizam uma maior capacidade de resposta ao ambiente globalizado e formas alternativas de coordenação e controle. Logo, as fronteiras que delimitavam as organizações estão diminuindo à medida que as entidades se fundem e/ou se articulam de forma conjunta, caracterizando assim as organizações pós fordistas (HARDY et al., 1999). Martins et al. (2008), indicam quatro diferentes tipos de redes das quais normalmente o empreendedor e as organizações fazem parte, expostas no quadro 1:

Quadro 1: Tipos de redes sociais.

Categoria de Redes Sociais	Definição
Redes de negócios	que são constituídas com fins comerciais
Redes institucionais	que comportam as relações da PME com órgãos governamentais ONGs e instituições acadêmicas
Redes pessoais	redes pessoais, que são as relações familiares e de amizade do empreendedor
Redes informacionais	que compreendem os diferentes contatos pessoais e institucionais com os quais o empreendedor troca informações e conhecimentos

Fonte: Adaptação de Martins et al. (2009).

Apesar da diversidade de tipologias, um elemento comum da rede é o componente espacial, pois, para Souto (2012) e Castells (1999), as redes de negócios necessitam de uma configuração especializada, como por exemplo o território, ou um vínculo especializado tênue, como por exemplo aquele das redes informacionais. A natureza do componente espacial vai determinar os processos de interação dos sujeitos integrantes da rede. Com o advento da internet, as redes sem territorialidades são demarcadas pelas relações imaginárias, mas que geram importantes efeito sobre a estrutura social. Já as redes intraorganizacionais territorialidades, a exemplo dos arranjos produtivos locais (APLs), são demarcadas pela relação dos contratos morais. Os contratos morais constituem relações de trabalho baseadas na confiança e na regulação cultural.

O estudo das redes de negócios é direcionado por duas dimensões, no enfoque aos processos subjacentes às relações entre pessoas e a compreensão que essas relações se estruturam em uma lógica relativamente invariante. Assim existe uma relativa variabilidade das ações humanas, em trajetórias de sociabilidade relativamente particulares, significando que há uma relativa possibilidade de escolha de trajetória biográficas singulares em diversos momentos das redes ego centradas (SOUTO, 2012). Com isso, a análise de redes permite uma postura epistemológica que circula entre a macro e a microestrutura social, onde existe as regras estruturais, mas o sujeito consegue operar e negociar sua posição.

Os Arranjos Produtivos Locais

A Itália tornou-se, em 1990, a segunda maior exportadora do continente Europeu. Esse crescimento, que, até 1955, apresentava inexpressivos índices de exportação, vai ocorrer no Triângulo Industrial italiano.

Formado pelo eixo Milão-Gênova-Turim, o que mais tarde convencionou-se chamar de Terceira Itália. O caso da Terceira Itália destacou-se como um mecanismo para o desenvolvimento de regiões pobres. Nas décadas seguintes, o termo distrito industrial, ainda que bastante utilizado na Europa, cedeu lugar aos termos clusters e Arranjos Produtivos Locais (APLs) (VASCONCELOS et al., 2012).

Para Porter (1998), os clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições de diversos setores que estão interconectados e promovem a concorrência e a cooperação em um campo específico. Por sua vez, os APLs surgem como sistemas de redes organizacionais demarcados por uma territorialidade e atividades produtivas semelhantes (JACOMETTI et al., 2016). Assim, em tese, a proximidade territorial e o sistema de produção simular entre as empresas tornam-se elemento essencial para a obtenção de vantagens competitivas. Desse modo, há uma nova forma de pensar o planejamento de políticas direcionadas aos arranjos produtivos locais que visam fortalecer a rede de cooperação, a especialização e inovação.

No Brasil, no período de 2003 a 2014, o desenvolvimento de APLs foi incentivado por diversos programas como também pelas estratégias dos fóruns de competitividade do Governo Federal, ancorados em uma dinâmica interativa de trabalho nas cadeias produtivas em plena escala. E, em Pernambuco, cabe à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) a realização de ações voltadas ao aumento da competitividade da economia por meio da inovação tecnológica (ITEP, 2009). Cabe destaque que nas ações que nesse período o artefato APL se mistura como estratégia do ambíguo “neodesenvolvimentismo”, o que é perceptível na recondução de políticas pelos órgãos federais com o arcabouço do empreendedorismo urbano, em especial nos governos Lula e Dilma (BARBOSA, 2016).

As expressões empíricas dos APLs são parte da redefinição espacial da indústria e de sua capacidade de inovação tecnológica e organizacional, contando com trabalho flexível. Apesar dos APLs serem considerados fábricas abertas (BARBOSA, 2016), é necessário entender as condições de produção dentro desses territórios para além de considerações econômicas. Jacometti et al. (2016), contribuem afirmando que o fenômeno dos APLs, são aglomeração de empresas que buscam se desenvolver pelo compartilhamento de recursos ao longo do tempo, que além de aspectos geoeconômicos apresentam uma dimensão simbólica implícita na interação social entre os atores.

METODOLOGIA

Em função dos objetivos deste estudo, a pesquisa realizada foi classificada como exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, pois ao buscar uma aproximação com o fenômeno, pelo levantamento de informações por meio da pesquisa de campo, foi possível conhecer mais a seu respeito, bem como, descrevê-lo.

Foi realizada uma entrevista com um empresário de uma empresa de médio¹ porte de confecções do ALP. O entrevistado exerce a função de gerente do setor de relacionamento da empresa com as empresas que atuam como façções. O instrumento de coleta utilizado foi o roteiro semiestruturado, contendo cinco

¹ De acordo com o SEBRAE (2019), para uma empresa se enquadrada como de médio porte precisa apresentar de 50 a 99 funcionários registrados.

perguntas abertas. A pesquisa também seguiu os princípios sugeridos por Flick (2009) e Creswell (2010), para coleta de dados, assim, foi considerando à relevância, disponibilidade e confiabilidade da fonte, como também, a viabilidade de análise do dado. A entrevista foi autorizada e gravada mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta dos dados ocorreu em agosto de 2019, totalizadas em um áudio de 42,58 minutos de gravação. Um dos critérios para fechamento da entrevista ocorreu pelo rigor de saturação teórica (FLICK, 2009). Para viabilizar as análises, em um primeiro momento houve à transcrição da entrevista, o material transcrito resultou em um arquivo de Word com 17 páginas em formatação padrão ABNT.

A técnica de análise usada foi a análise de conteúdo pelas premissas de Bardin (2011). Análise foi realizada com foco na técnica categorial-temática, o objetivo foi a manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem. As análises ocorreram por meio dos seguintes passos: a) organização e codificação do texto por meio da ferramenta do Excel; b) categorização por meio dos sentidos gerados em comum; c) inferência e informatização das análises e d) análise proposicional do discurso, de expressão e das relações. Todas as categorias-temáticas encontradas vieram dos dados de campo, não sendo estabelecidas a priori pela teoria. Os critérios de qualidade dos dados utilizados para a presente pesquisa vão ser os sugeridos por de Paiva et al. (2007), nesse sentido, optou-se pela triangulação entre fontes.

Análise dos Achados de Pesquisa

O Arranjo Produtivo Local de confecções do Agreste Pernambucano conhecido como “Polo de Confecção do Agreste” (PCA), foco desse estudo, é um dos principais alvos de desenvolvimento da economia do estado de Pernambuco. Estruturado como um APL, devido às características específicas dos municípios que o compõe, são as principais cidades Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, fazendo parte também outros 10 municípios. O APL do Agreste tem sua base econômica na confecção de peças de vestuário destinadas ao mercado de moda popular de vários estados do Brasil. Esse APL de Confecção é formado por aproximadamente vinte mil empresas sendo a grande maioria informal, fator que contribui de forma relevante para vários problemas ligados ao desenvolvimento de identidade de marca no setor. Uma pesquisa sobre a Caracterização Econômica do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, realizada pelo SEBRAE no ano de 2012, estipula que a quantidades de unidades produtivas do APL totalizam uma produção de 18.803.000 peças semanais que demandam uma ocupação de mão de obra em 107.177 pessoas. O Quadro 2 especifica os dados desse APL pela perspectiva de suas principais cidades.

Quadro 2: Caraterização do Arranjo Produtivo Local de confecções do Agreste de Pernambuco.

Categorias	Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Toritama
Empresas (Formais e Informais)	2280	7565	2196
Produção Anual em nº de Peças	175,2 milhões	458,4 milhões	60 milhões
Empregos Diretos	16.500 mil	40.200 mil	4915,1 milhões
O faturamento Anual em Reais	345 milhões	936 milhões	453 milhões

Fonte: Adaptação do relatório do SEBRAE, 2012.

A comercialização dos produtos do Polo de Confecções do Agreste, o segundo maior do País, vai ocorrer por meio de 23 feiras livres que estão dispersas nas três cidades âncoras (ABIT, 2019). Tanta expressividade vai colocar o APL de confecções de Pernambuco como centro desse estudo, para tanto, como forma de investigar o processo organizativo da produção desse polo.

Retomando a nosso objetivo do estudo, voltado para compreender como os agentes da cadeia de produção do APL de confecções de Pernambuco se organizam para criar as condições de produção. Após o processo analítico, foram sistematizadas cinco categorias-temáticas, sendo elas, respectivamente com os códigos de análise: (1) [Código AM] A rede é um arranjo móvel e multi-especializada ; (2) [Código CR] Para a Rede ser grande a rede tem que ser pequena; [Código CM] (3) A rede é organizada por contratos morais; (4) [Código PE] A precarização do trabalho e a pobreza são estruturais na rede; (5) [Código TD] Na rede o trabalho é doméstico, portanto, pertence à família. Tais categorias-temáticas serão discutidas sob a luz das teorias discutidas, os fragmentos mais exemplificativos são expostos para facilitar a discussão. Ressalta-se que os nomes apresentados são fictícios, o intuito é resguardar e identidade dos sujeitos preconizando a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que guia a ética em pesquisa com seres humanos no país.

A Rede é um Arranjo Móvel e Multi-especializada

A produção dentro do Arranjo Produtivo Local de confecções do Agreste Pernambucano ocorre por meio de um sistema de facções em rede de produção fabril. De acordo com último relatório de caracterização desse polo, realizado pelo SEBRAE em 2012, as facções eram estruturas com uma média de 4 a 6 funcionários. Cada célula de produção exercia um único tipo de especialidade e seus funcionários eram fixos e contratados. Entretanto, os achados de pesquisa demonstram que as facções sofreram modificações estruturais decorrente das oscilações de mercado. Agora, o trabalho é ainda mais fragmentado e os trabalhadores são flexíveis, pois, exercem várias funções e têm multi-vínculos com várias facções. As facções reduziram de tamanho, compostas por equipes móveis e menores, seus funcionários são remunerados por diárias e solicitados de acordo com sua especialidade². A rede de facções, dentro desse contexto volátil, vai ser um arranjo móvel que muda a depender das demandas semanais das feiras. Após cada feira, um novo “contrato” e uma nova rede de subcontratações são estabelecidas. O relato abaixo exemplifica essa dinâmica, como também, relata a diminuição estrutural das facções:

[Código AM] #E1: E quanto mais ia caindo o movimento, mais tomávamos decisões. Aí, o que é que ocorre? Vamos supor, vou citar nome, X era uma menina que trabalhava com a gente e ela começou a tirar o pessoal da produção dela, mostrou o pessoal, o pessoal vinha e disse: [“_olhe, eu vou pagar na diária”]. E nesse pagar na diária, essa menina, por exemplo, que fazia uma função lá de ponto cheio é nosso gargalo na peça que ela faz e ela trabalha, vamos supor, aos sábados, domingos e segunda, alguma coisa assim, essa costureira faz para ela, e em outras horas ela faz para outra facção, essa costureira faz para outro canto e a gente não sabe nem onde é. Às vezes, quando ta precisando de mais gente tirar beira, ela chama algumas meninas e compõe. E fica nessa. Hoje, ela tem fixa lá, acho que ela e mais duas, mas sempre tem essa diversificação. Quando vai fazer o produto, fazer ponto cheio, chama essa menina. Quando vai para a mercadoria mais rotativa, ela chama outra menina

² As especialidades podem variar de um tipo de costura específica para um produto específico ou uma habilidade específica para operar uma certa máquina de costura.

que tem mais especialidade nisso.

Para a rede ser grande ela tem que ser pequena

A redução estrutural nas facções ocorre como processos judiciais trabalhistas, necessidade de produzir vários tipos de produtos e criar equipes multi-especializada e as crises econômicas recorrentes no sistema capitalista. Entretanto a fragmentação dessa rede de negócios gera ganhos exacerbados para o capital, em conformidade com a lógica de produção neoliberal. Dois ganhos foram observados: a) a produção é mais controlada e como consequência há um maior número de peças produzidas; b) há uma informalidade na relação de trabalho, sendo afastado o vínculo trabalhista formal, como também, esse formato de produção, gera ao Estado uma grande dificuldade de fiscalização.

Quando a rede de facções sofre uma fragmentação estrutural, as células de produção ficam menores e, com isso, aumentam os mecanismos de controle. São criados sistemas cujo trabalho passa a ser racionalizado no seu mais íntimo detalhe, intensificando o trabalho e a produção. Nesse sentido, em decorrência do controle contínuo e comunicação instantânea, as facções que são formadas por 3 colaboradores que começam a entregar uma produção que antes era efetuada por 6 funcionários no mesmo período. Os fragmentos abaixo demonstram essa dinâmica, como também, revelam que pessoas que trabalham nas facções assumem essa função como uma segunda ou terceira atividade de trabalho.

[Código CR] #E1: (...) a quantidade de facção que está se formando, pequena, ta muito maior do que aquelas facções com 4, 5 pessoas, 6 pessoas que estavam dentro das empresas. Nem o pessoal da facção quer, porque não tem a capacidade de administrar e nem o pessoal de formar empresa quer, porque no final quando a coisa fica grande demais, sai do controle do faccionista, vira uma causa trabalhista para ele para a empresa.

[Código CR] #E1: (...) foi vendo a necessidade de ta mudando e diminuindo. A mesma coisa aconteceu com as facções. Elas não podem ter mais a mesma quantidade de gente e nem pode chegar e dizer: oh, tu é minha funcionária, até porque, com as próprias leis trabalhistas que ta acontecendo, várias facções não aguentam o processo trabalhista. A gente sabe que trabalha aí 4 anos e a pessoa botar a faccionista na justiça, fecha, acabou, desempregou mais de duas pessoas que estava lá, vai ficar costurando só, acabou, vai fechar de vez, porque esse pessoal não tem capital, não tem estrutura e, assim, terceirizado geralmente é barato, porque senão, realmente tem que ta junto, no esforço, na coisa mais braçal mesmo.

Essa prática, relatada no trecho acima, gera uma fragilização para as relações de trabalho, pois, as facções precarizam seu trabalhador, mas também são precarizadas pelo empresário. Os confeccionistas não assumem os outros custos e ônus da produção, como: erros na produção, estrutura física do local de trabalho, destinação dos resíduos gerados e principalmente os custos sobre os direitos trabalhistas. Para Silva (2008), quando uma cadeia de produção se torna fragmentada, a “empresa” tende a não conseguir arcar com a estrutura legal e tributária, como também com os direitos trabalhistas. Essa realidade se coaduna com dados do Sebrae (2012), os quais indicam que 92% dos empreendimentos complementares (Facções) do APL de confecções de Pernambuco estão na informalidade.

[Código CR] #E1: Eles (facções) não pagam por produção, pagam por dia, mas a facção é uma coisa tão, tão... quer dizer, até onde eu sei, né, a facção é uma coisa tão pequena que elas conseguem vigiar bem mais do que a empresa, por isso que as facções, no caso, a gente desistiu, tanto que as nossas facções começaram com o encarregado do setor. Essa Luciana era encarregada do setor, Fábio da estamparia era encarregado do setor e não foi nem ela

que saiu, mas Dora era encarregada de um setor que botou a irmã fora da facção. Então, com a mesma quantidade de gente, elas faziam bem mais do que lá na fábrica, até o mesmo pessoal. Por que, por exemplo, ta eu, a senhora e outra pessoa aqui, e a gente tem aquele convívio, trabalha bem melhor em questão de... não se estressa tanto mentalmente, fica um negócio mais sadio. E eles entendem, entram mais no ritmo e vê que pessoa realmente ta trabalhando e tudo mais e é assim que a gente (...) elas são chamadas para trabalhar na casa dela. Só que, assim, a máquina é dela.

[Código CR] #E1: (...) que foi logo no primeiro ano que eu comecei, mas o primeiro ano, to entrando no segundo ano de empresa, a gente tirou o setor da ##### [09:24], que é complicado, onde tinham 16 pessoas, fizemos um planejamento com 13 e ela ficou com 8, e ela (facção) dava produção das 16 pessoas, 8 a 9 pessoas... 150 dúzias por dia. Ela chegou a produzir... para ser bem sincero, ela não chegava a produzir 150, mas 130, com as 8 pessoas, 8, 9 pessoas, vamos dizer assim. Com 9 pessoas ela fazia a produção de 16 pessoas.

Para Silva (2006), há uma concentração de poder sem centralização de poder, essa situação decorre do novo capitalismo ser um sistema de poder muitas vezes ilegível, pois, a flexibilidade criou estruturas de controle. Com intuito de possibilitar variações maiores aos produtos a flexibilização da produção possibilitou dispersar o senso de colaboração dos trabalhadores. Esse acultramento dos colaboradores, associado a coerção, pela eficiente e vigilância causa a mais severa forma de precarização do trabalho no sistema neoliberal (CUNHA, 2014). Esse modelo de produção descortina movimentos de reestruturação do sistema capitalista, pois, para Antunes (2009), essa forma de produção começou nos anos 1970, quando a estrutura capitalista implementou um processo de reestruturação em escala global. Segundo o autor, a forma de produção foi reestruturada visando tanto à recuperação do padrão de acumulação e lucro, quanto procurando repor a hegemonia ideológica capitalista, que vinha perdendo frente à estagnação econômica da época (ANTUNES, 2009).

A Rede é Organizada por Contratos Morais

A crescente subdivisão do trabalho em tarefas mínimas e o desconforto causado por uma alienação cada vez maior do trabalhador e uma burocratização crescente, formavam o contexto de exploração do capital monopolista (BRAVERMAN, 1977). Muitos desses mecanismos ainda estão presentes nas estruturas de produção, entretanto, o que mudou foi a relação de trabalho burocratizado. Como a base de produção do APL de confecções de Pernambuco são as redes de facções, para Souto (2012), a relação em rede converge para a existência de mecanismos sociais de confiança e cooperação entre os agentes envolvidos. No caso do APL, em questão, esses contratos morais são estabelecidos para trazer velocidade a rede dando maior capacidade de resposta na produção. Outro ponto, é que as facções são tão frágeis, do ponto de vista administrativo, que a sua burocratização inviabilizaria sua existência, como podemos ver no relato abaixo:

[Código CM] #E1: Hoje é na confiança. A gente já teve todo um processo de contrato, todo o ano. O contrato da gente era validade de ano em ano. Se não tivesse alteração, renovaria automaticamente, alteração, preço, tudo, era tudo certinho. Eu tinha nota fiscal... ainda me lembro da operação 901, que era de industrialização, e com o passar do tempo nenhuma tiveram força para continuar, então a gente não teve, porque a gente precisava de uma quantidade muito grande de peça, então, a coisa foi baixando, baixando (...).

Para Begnis et al. (2007), as cadeias produtivas são fruto de inter-relacionamentos que estão além das transações econômicas, pois são formadas também por relações técnicas, sociais e políticas. Essa relação

dispensa ou diminui a necessidade de mecanismos de controle e execução dos contratos formais. Portanto, é um forte artifício para a superação de custos de transação. Entretanto, as análises dos dados demonstraram que o custo de transação da burocracia é trocado pelo custo de transação da gestão do relacionamento. No relato abaixo vai ser exposto como a relação com as facções são uma espécie de “casamento”, cujos argumentos técnicos não são aplicados para tomada de decisão. O relato mostra que mesmo com uma produção baixa, o empresário não pode excluir uma facção da rede.

[Código CM] #E1: (...) uma facção era irmã de uma encarregada de setor e outra facção era irmã de uma encarregada geral da fábrica. Movimento caindo, precisava dividir algumas mercadorias para abastecer duas facções. Na época, eu cometi a falha de mandar só para uma. Caí na lãbia da geral, porque era... ela defendeu o dela e eu, pô, é isso mesmo. Conversei com meu pai, mostrei o jogo e ele disse: resolva! Feche uma facção. Aí eu fui fechar essa facção, a da encarregada do setor. Então, eu quase peguei uma briga com a encarregada do setor, era uma faccionista. Deus olhou para mim, melhorou o movimento. Eu sei que isso ficou com a fábrica, mas ainda tem magoazinha. Passei alguns tempos tendo que administrar essa facção, ela com medo de ser fechada e a pessoa dentro da fábrica meio chateada porque a gente fechou uma facção.

[Código CM] #E1: Então eu tive que administrar, inclusive, esse temperamento muito forte delas duas, são pessoas que ficaram chateadas e chateadas mesmo. E, tipo, se sentia, era uma coisa explícita, você sentia que não era a mesma coisa. E passou, sei lá, isso foi coisa de uma semana que eu senti um peso, assim, de está tratando durante quase um ano, o pessoal é meio sentido... do mesmo jeito que eles são, vamos supor, emocionalmente ligados para fazer a gente subir, eles são emocionalmente ligados para fazer a gente descer. E realmente são pessoas que tão... é um casamento: na alegria, na tristeza. E quando chegou a tristeza, você ser cortado é ruim. Aí aqui ela fez: [“_não, dívida! Bote um pouquinho, a gente passa”]. Aí essa daqui também, depois que viu, caiu a ficha, disse: [“_é, realmente, a gente passa!”]. Meio que conseguimos contornar e, feito eu disse, do nada, o movimento melhorou um pouco. Então, o que era meio prato de comida ficou quase um dividido para dois, que era para dividir meio para dois, ficou um para dividir para dois, alimentou ali, tal e foi.

[Código CM] #E1: Se posteriormente o movimento crescesse, eu ia levar um não bem grande na cara, porque não adianta querer fazer para mim ou se quisesse, ia ser uma coisa muito metódica, bem robótica e eu não gosto de trabalhar assim.

A Precarização do Trabalho e a Pobreza são Estruturais na Rede

Para Stefano et al. (2006), o processo de reestruturação produtiva se caracteriza pela implementação de formas de organização e gestão do trabalho inspiradas no modelo do Toyotismo que extravasou a montadora japonesa e se universalizou, promovendo um imenso processo de terceirização dos negócios e subcontratação de empresas. A análise infere que essa mudança estrutural no sistema de produção e na força de trabalho impulsionou o surgimento de territórios produtivos como o do polo do Agreste. Pois, esses territórios adentram no sistema, pautado pelo capitalismo avançado, como fornecedor de força produtiva e mão de obra barata. O relato abaixo, mostra que a rede é tão precária que não existem ganhos efetivos para os seus trabalhadores.

[Código PE] #E1: Não fica rico de jeito nenhum! E nesse ritmo que vai, ela não vai conseguir, ninguém... ninguém ganha dinheiro, eu acho. Eu acho que esse ano... assim, como dois anos atrás, esse ano é mais um ano para passar e talvez no próximo sobreviver, porque, veja, eu tenho cabeça, mas o pessoal não tem. Essa sogra de Erton, mesmo, estava me mostrando, para entregar uma camisa polo: oh, se você quiser a 2 reais, tem. Se você não quiser, tem quem faça. E uma camisa polo para se costurar é 4 reais. Então, eu, quando vou fazer os meus produtos, eu tenho que pagar um preço justo a elas, até para elas poderem e

quiserem fazer de noite, final de semana. Então, tem que pagar uma coisinha a mais para não vir um negócio errado, mas geralmente o pessoal não pensa assim.

A fragmentação dos vínculos de trabalho causa um processo de alienação do sujeito. Estes não têm entendimento da real carga horário de trabalho, como também, da efetiva remuneração por seu trabalho. Para Silva (2018), "no lugar daquele que depende do salário, deve estar o empresário da força de trabalho [...] A pessoa é uma empresa". No lugar da exploração entram a auto exploração e a auto comercialização". No relato abaixo é relatado como a vida passa a ser uma continua jornada de trabalho.

[Código PE] #E1: Eu acredito que a gente ta passando por um momento que, assim, passar. Essa Nalva, que trabalha lá na fábrica, de noite facciona, final de semana facciona também, se você analisar, ela não tem vida. Se ela tiver produto, ela vai fazer. Se ela não tiver produto, ela faz outras coisas, mas é uma situação complicada, que precisa de dinheiro. Para você ter ideia, nem família ela tem. Não tem filho, não é casada, não tem nada, mas ela faz isso, então ela quer alguma coisa, quer ganhar dinheiro e tudo mais e tem que renunciar a isso para ter uma coisinha a mais, porque não tem condição dela, por exemplo, no trabalho que ta hoje lá na fábrica, na minha empresa, ela conseguir alguma coisa a mais. Vamos supor, a perspectiva de crescimento da gente hoje ta abrindo uma luzinha no fim do túnel, porque deu um movimento bom do dia dos pais, a gente fica animado, mas a gente não sabe o que vai acontecer no mês que vem, mas crescimento a gente não imagina. Esse começo de ano a gente demitiu 10 pessoas, em maio. 3 administrativos e 7 da produção. Tive que tirar do meio de produção lá, escolher 7 pessoas para sair da empresa.

Para Silva (2006), se por um lado o enxugamento do Estado agrava a necessidade de conseguir se vender, diminuindo qualquer apoio às áreas de saúde, educação e aposentadoria de qualidade, por outro, as ideias neoliberais fazem coro com as exigências toyotistas e o ideário do capital humano, resultando na crença do indivíduo capitalista de si mesmo, único responsável por sua colocação no mercado.

Na Rede o Trabalho é Doméstico, Portanto, Pertence à Família

No APL de concepções de Pernambuco a informalidade é caracterizada pela estrutura familiar e domiciliar, nas quais pequenas unidades produtivas têm a vizinhança e a estrutura da família como base. Nesse sentido, o trabalho de produção da confecção começa a ser realizado dentro da estrutura dos cômodos das casas, no seio das relações sociais, se enraizando para todos da família. O relato abaixo mostra como é inevitável que a mãe tenha que trabalhar a noite para ajudar o filho.

[Código TD] #E1: Tem um filho de uma funcionária minha que tira pelo. Agora, Dia dos Pais, tirei um gargalo da fábrica, porque eu estava tirando uma costureira para tirar pelo. Eu disse: não, manda para Bis (é Bis o apelido dele). Manda para Bis, vê se ele ta trabalhando! ["_Está, não"]. Quer? ["_Quero!"]. Mande... trezentas e... trezentas, não, mil e poucas peças. Mande para ele, ele tirou pelo, me retornou embalado, eu paguei.

[Código TD] #E1: (...) pronto, esse Bis, esse menino que tira pelo é filho de Amanda, que é uma costureira. Eu liguei para ele: olha, quer? Quer! Quando Amanda chega em casa, vai tirar pelo com ele, mas eu não mandei Amanda tirar pelo eu mandei para o filho dela, paguei por fora. Se ela quiser ajudar o filho dela, ela vai. Com certeza ela vai. É meio massacrante, mas ela estava trabalhando para mim de manhã e estava de noite, mas por opção dela, não obriguei. Se ele dissesse que não queria, tem outra pessoa que quer. Aí o que acontece? Dentro da fábrica eu tenho muitas costureiras que conhece alguém, que conhece alguém, aí cria uma rede (...).

A reestruturação do trabalho oculta no discurso do trabalhador "autônomo", promove uma segmentação do mercado de trabalho calcada na ideia de uma empregabilidade individual e na base de um

trabalho supostamente mais participativo (PREVITALI et al., 2014). Para Silva (2008), o trabalho autônomo e fragmentado deixa de ser pensado como uma relação publicamente regulada e passa a ser algo privado e pessoal, dificultando assim as formas de regulação institucional e a ação coletivo sindical.

Com o objetivo de entender como os agentes da cadeia de produção do APL de confecções de Pernambuco se organizam para criarem as condições de produção, a presente pesquisa percebe as facções como as principais instituições sociais da rede de produção desse território. As facções configuram uma rede de produção fragmentada, doméstica, frágil e alienada pelo discurso do empreendedorismo. Um dos principais traços dessa produção reticular é a interpelação da estrutura privada, no âmbito do trabalho doméstico, com a dimensão pública. Nesse sentido, o trabalho é compreendido como uma atividade da casa, ocultando a exploração fora do vínculo do emprego. Tais características evidenciam que esse território se torna um espaço eminentemente de produção, subjugado pelo capital flexível e a ideologia neoliberal. O Quadro 4 sintetizam os achados de pesquisa, correlacionando as categorias temáticas com suas finalidades organizativas.

Quadro 4: Matriz de síntese.

Código	Categorias Temáticas	Finalidade Organizativa
Código AM	A rede é um arranjo móvel e multiespecializada	Permitir a variedade de produto e os baixos custos de produção
Código CR	Para a Rede ser grande a rede tem que ser pequena	Promover maior controle de produção e menor controle do Estado
Código CM	A rede é organizada por contratos morais	Diminuir os Custos de Transação
Código PE	A precarização do trabalho e a pobreza são estruturais na rede	Alienar e esconder o real tempo trabalhado e ganho dos trabalhadores
Código TD	Na rede o trabalho é doméstico, portanto, pertence à família	Multiplicar a mão de obra não remunerada

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização e o controle do trabalho no capitalismo surgem como uma das primeiras categorias de análise dos estudos de gestão, a relevância de Braverman foi propor criticamente uma sociologia do trabalho e lançar as bases de uma Teoria do Processo de Trabalho, cuja crítica possibilitou o desenvolvimento dos chamados Estudos Críticos da Gestão (CUNHA, 2014). Entretanto, o desafio que se apresenta para este contemporâneo é entender as relações produtivas no capitalismo no século XXI.

O presente estudo analisou os APLs como domínio substantivo e como objeto onde o fenômeno estudado ocorre, ou seja, as condições de produções dentro desses territórios. Diante desse propósito retomamos nossa pergunta de pesquisa: como os agentes da cadeia de produção do APL de confecções de Pernambuco se organizam para criarem as condições de produção?

Evidenciamos que os APLs associam ambiguidades estruturais relevantes. Pois, são fomentados pelo discurso do desenvolvimento como forma de enfrentamento de desigualdades regionais, mas acabam por aprofundar formas de precarizações nas relações de trabalho em sua fase pós-fordista. A degradação do trabalho dentro desses territórios é sustentada por uma subjetivação de empreendedorismo, autodisciplina e auto intensificação, os quais criam condições objetivas para a estruturação das redes organizacionais. O que evidencia a relevância de promover mais pesquisas que descortine as condições da produção da organização nos APLs para além da perspectiva econômica. A rede organizacional surge como principal modalidade de organização da produção e estabelece a exploração nas mais diversas condições de existência

humana, por permear as relações públicas e privadas dentro e fora do emprego.

Por fim, esse estudo indica caminhos de pesquisa que visam aprofundar a teorização sobre a individualização do trabalhador e o enfraquecimento das ações sindicais, como também, as construções coletivas de novas práticas de resistência dentro dos APLs.

REFERÊNCIAS

ABIT. **Informações sobre negócios da arranjo produtivo local de confecções de Pernambuco**. São Paulo, 2021.

ANDRADE, E. O.; CÂNDIDO, G. A.; MARTINS, M. F.. Caracterização e contribuição das redes informacionais para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais no setor de confecções do Agreste Pernambucano. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v.7, n.1, p.27-46, 2009.

ANTUNES, R.. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Theomai**, n.19, p.47-57, 2009.

BARBOSA, R.. Arranjo produtivo local, política do espaço e flexibilização do trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.125, p.167-188, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.061>

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 2011, p.229.

BEGNIS, H. S. M.; ESTIVALETE, V. F. B.; PEDROZO, E. A.. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gestão & Produção**, v.14, n.2, p.311-322, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2007000200009>

BRAVERMAN, H.. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CASTELLS, M.. **A era da informação: economia sociedade e cultura: a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRESWELL, J. W.. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3 ed. Porto Alegre, Artmed: 2010.

CUNHA, E. P.. Braverman, subjetividade e função de direção na produção do valor. **Cad. EBAPE.BR**, v.12, n.4, p.741-755, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395138853>

FLICK, U.. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HARDT, M. E.; NEGRI, A.. **Império**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

JACOMETTI, M.; CASTRO, M.; GONÇALVES, S. A.; COSTA, M. C.. Análise de efetividade das políticas públicas de arranjo

produtivo local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v.50, n.3, p.425-454, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612142712>

LARANJEIRA, S. M. G.. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L.. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

MARTINS, M. D. F.. Caracterização e contribuição das redes informacionais para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais no setor de confecções. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v.7, n.1, p.27-46, 2009.

MARX, K.. **O Capital**. Moscou, 1867.

PORTER, M. E.. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, v.76, n.6, p.77-90, 1998.

SEBRAE. **Estudo de caracterização econômica do polo de confecções do agreste pernambucano**. Recife: SEBRAE, 2019.

SILVA, R. A.. A exaustão de Sísifo: articulação entre toyotismo, neoliberalismo e teoria do capital humano. **Revista de Ciências Sociais**, v.11, n.1, p.147, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2006v11n1p147>

SORIA, C. B.. La dinámica del proceso control-resistencia en los espacios de trabajo: aproximaciones a los debates recientes. **Sociológica México**, v.33, n.94, 2018.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C.. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cad. EBAPE.BR**, v.12, n.4, p.756-769, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395115088>

SOUZA, E. M.; SOUZA, S. P.; SILVA, A. R. L.. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. **Revista de Administração Contemporânea**, v.17, n.2, p.198-217, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552013000200005>

VASAPOLLO, L.. **O Trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.

Todas as obras (artigos) publicadas serão tokenizadas, ou seja, terão um NFT equivalente armazenado e comercializado livremente na rede OpenSea (https://opensea.io/HUB_CBPC), onde a CBPC irá operacionalizar a transferência dos direitos materiais das publicações para os próprios autores ou quaisquer interessados em adquiri-los e fazer o uso que lhe for de interesse.



Os direitos comerciais deste artigo podem ser adquiridos pelos autores ou quaisquer interessados através da aquisição, para posterior comercialização ou guarda, do NFT (Non-Fungible Token) equivalente através do seguinte link na OpenSea (Ethereum).

The commercial rights of this article can be acquired by the authors or any interested parties through the acquisition, for later commercialization or storage, of the equivalent NFT (Non-Fungible Token) through the following link on OpenSea (Ethereum).



<https://opensea.io/assets/ethereum/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/44951876800440915849902480545070078646674086961356520679561158163943615627265/>